

3.

A segurança pública no Rio de Janeiro a partir da década de 1980: os Direitos Humanos e os Grupos Criminosos Armados entram em cena

3.1

No tempo dos rituais de guerra e paz

No início da década de 1980, a Maré era formada por apenas seis favelas. O tráfico de drogas tinha ainda pouca expressão, mas as quadrilhas já começavam a exercer o seu poder sobre os territórios locais. No caso das comunidades de Parque Maré, Rubem Vaz e Nova Holanda, dois grupos disputavam o controle do tráfico nesses territórios. A **fronteira** entre os grupos era um **valão** existente em Nova Holanda, que dividia a favela em duas partes. Esta fronteira ficava acerca de cinquenta metros da casa onde residi por quase vinte anos. Com isso, pude assistir a muitas situações profundamente violentas e, também, ao fato que narro nesse texto.

De um lado, estavam os **irmãos metralhas** – grupo de cinco irmãos, todos criminosos, comandados pelo mais novo, um adolescente de quinze anos, com imensa capacidade de liderança. Seu apelido era Lelei. O outro bando era liderado inicialmente por Candinho, e quando este foi preso, assumiu o posto Jorge Negão, que foi o mais longo chefe do tráfico de drogas na favela, permanecendo 15 anos de poder. Os dois grupos tinham forças equivalentes; desse modo, havia um equilíbrio no conflito, que era profundamente violento e provocava muitas mortes dos jovens nele envolvidos ou de moradores inocentes. Uma das vítimas foi Jorge Luiz, cujo nome foi escolhido pelos moradores para designar uma das ruas de Nova Holanda, justamente a que ele residia. Jorge era um trabalhador que foi barbaramente torturado antes de morrer pelo grupo rival, simplesmente por que o seu irmão fazia parte do outro bando. Em função da morte de inocentes, os moradores sentiam um profundo medo, em geral, de transitar livremente entre os dois **territórios**. Não havia uma proibição aberta por parte dos grupos, mas já crescíamos entendendo que não se tinha o trânsito livre dentro do conjunto da localidade.

Nos anos de 1982 e 1983, houve muitos enfrentamentos entre os dois grupos, bem como entre estes e a polícia. Obviamente, as armas utilizadas nesses conflitos não são comparáveis, em termos de potência, com as utilizadas atualmente pelos grupos criminosos que dominam as favelas. Mas, já no período, anunciava-se o que se vê no momento, pois foi a época em que se iniciou a passagem do uso do revólver calibre 38 para armas como as submetralhadoras *uzi* e .30 – embora raro, o fuzil AR15 já era objeto de desejo dos criminosos mais graduados. O acesso ampliado a armamentos mais sofisticados pelos grupos criminosos foi motivado, principalmente, pela penetração em escala industrial da cocaína no Rio de Janeiro. A droga trouxe mais recursos e maior demanda pelo controle dos territórios favelados pelos grupos criminosos, que foram se organizando localmente e cuja composição era, na maior parte, de assaltantes e sequestradores.

Em Nova Holanda se vivia, no mesmo período, um processo de muitas manifestações no campo da vida política e comunitária. Havia um ampliado processo de envolvimento da população nas questões que dificultavam a melhoria da vida cotidiana. A mobilização foi crucial para se superar o discurso da impotência, de que “não se podia fazer nada”, de que as populações das favelas eram reféns do Estado e dos criminosos armados. Alguns movimentos sociais surgiam com muita força e buscavam se organizar para melhorar a qualidade de vida local. Foi assim com a Associação de Moradores, por exemplo, que teve sua primeira eleição para a escolha de uma diretoria legitimada pelo voto direto⁵³.

Foi encaminhado, no processo, um forte movimento visando estimular a participação dos moradores, fazê-los pensar sobre a importância de se encontrarem caminhos comuns para mudar o estado de precariedade ou de inexistência dos serviços e equipamentos urbanos em Nova Holanda, tais como a falta de rede de eletricidade, de água potável, rede de esgotos, escolas, creches, postos de saúde etc. Nesse rol de problemas, de acordo com os moradores, um era o mais urgente: a questão da violência, tanto a praticada pelos grupos criminosos armados como a efetivada pela polícia. Diante do consenso em relação à urgência assinalada, uma reunião ampliada foi convocada por um conjunto de organizações comunitárias: igreja católica, grupo de mulheres, agentes de saúde comunitária,

⁵³ Cf. capítulo 1, item 1.2.

bloco carnavalesco Mataram Meu Gato e integrantes da União das Associações de Moradores da Maré.

O objetivo central do encontro daqueles movimentos locais era a busca de construção de estratégias que permitissem acabar com a fronteira entre os dois lados da Nova Holanda. O juízo comum era o de que a melhoria das condições de vida dos moradores só seria possível com a eliminação do interdito espacial. Dentre os muitos inconvenientes que causava, a divisão havia gerado, também, uma discrepância enorme entre os lados, em termos sociais: em um dos lados concentraram-se famílias muito pobres, com habitações muito precárias e uma visível falta de qualquer equipamento público que prestasse algum tipo de serviço; os poucos que existiam estavam instalados na outra parte da Nova Holanda – a escola pública, o posto de saúde, a sede da Fundação Leão XIII, a Associação de Moradores e o posto policial.

Em um evento histórico, que ocorreu no prédio da Igreja Católica, foi acordado que os grupos iriam organizar, de forma integrada, eventos na rua, a fim de chamar à atenção os moradores para a importância da participação das pessoas na resolução do problema da violência, em especial. Foi definido, ainda, que alguns membros da articulação iriam conversar com os chefes dos grupos que controlavam o tráfico da Nova Holanda, no intuito de pedir uma trégua na **guerra**. A intenção era de explicar a eles a necessidade do fim dos conflitos, em prol da melhoria da qualidade de vida dos moradores. Não se sabia, ao certo, como eles receberiam essa iniciativa das organizações locais, mas havia a certeza, já na ocasião, de que deveria vir dos moradores a não aceitação do controle e opressão que foram exercidos, em um primeiro momento, pelo Estado – através da Fundação Leão XIII, e, com o tempo, por aqueles grupos.

Outra iniciativa definida na reunião foi a organização de campanhas em torno da construção da paz em Nova Holanda, de modo a estimular os moradores a acreditarem nessa possibilidade. Um jovem e talentoso morador confeccionou faixas enormes⁵⁴. Elas foram espalhadas em pontos estratégicos da Nova Holanda. Uma faixa enorme foi colocada de um ponto a outro do *valão*, com os seguintes dizeres **Vamos Acreditar na Paz**.

⁵⁴ Tempos depois, o jovem foi encontrado assassinado na Ilha do Fundão; nunca se soube ao certo o que pode ter provocado sua morte, embora se soubesse que ela não fora provocada pela iniciativa da manifestação.

A mobilização comunitária influenciou o processo que ocorreu. Uma cena da época, que pude ver e viver, me marcou profundamente; ela é, certamente, uma das experiências que me fazem acreditar ser possível, mesmo nos tempos atuais, uma reação massiva da população da Maré ao estado de violência e opressão que se faz presente atualmente. Os dois grupos, o dos **Irmãos Metralhas** e o de Jorge Negão, começaram a tomar iniciativas para encerrar os conflitos e permitir que os moradores de um lado transitassem sem medo para o outro. Eles mantiveram sua autonomia, mas estabeleceram a trégua solicitada pela população. Assim, cada qual continuaria dominando um lado, ninguém poderia vender ou abrir pontos de venda de drogas na área do outro, mas haveria liberdade para o trânsito irrestrito no espaço do rival.

Como muitos moradores e vários integrantes das quadrilhas não acreditavam nessa possibilidade, foi realizada uma demonstração pública dos dois lados, ritualística, para a formalização do combinado. Assim, em um determinado dia e hora definidos pelos chefes, os dois grupos vieram caminhando dos seus lados, com todas as suas armas na mão. O momento, recordo-me ainda hoje, era de temor, de tensão, de forte expectativa. Eles, sempre se olhando, se dirigiram para defronte do posto policial comunitário – os policiais de plantão estavam dentro do imóvel, mas não efetivaram nenhuma ação, pois sabiam o que estava previsto para ocorrer. No mesmo momento, então, os integrantes dos dois lados jogaram suas armas no chão. A atitude, assistida por muitos moradores, inclusive por mim e os policiais de plantão naquele dia, significou um novo momento para Nova Holanda. Desde então, a guerra acabou e a paz reinou entre as quadrilhas criminosas da Maré por muitos anos. Ela foi quebrada apenas a partir de meados da década de 1990, em função dos novos arranjos entre os grupos criminosos armados cariocas.⁵⁵

⁵⁵ Um fator determinante para a eclosão de conflitos generalizados na Maré foi a morte de Jorge Negão. Após o assassinato de Lelei pela polícia, em 1985, e a prisão de seus irmãos, Jorge se tornou o traficante mais poderoso da Maré. Graças a sua postura de amizade e cooperação com os chefes de outras favelas locais, a Maré foi mantida longe das guerras de facções por um tempo considerável. Em 1992, todavia, ele foi morto pela polícia federal, acusado de estar abrigando um chefe da favela Roquete Pinto, também na Maré, que fora acusado de matar dois policiais daquela corporação. Jorge nunca havia mantido uma ligação forte com o Comando Vermelho, grupo do qual participava formalmente. Após sua morte, o novo chefe de Nova Holanda, apelidado de Gigante, aprofundou a inserção do grupo local na facção; a partir desse movimento, as divisões entre os grupos passaram a ser mais enfatizadas e se iniciou uma disputa mais direta e ampliada pelos territórios vizinhos, principalmente por parte do Terceiro Comando e Amigos Dos Amigos –

3.2

O Governo Brizola como marco de referência na Segurança Pública

Neste trabalho, optei por estabelecer os anos de 1980 – de forma mais direta o primeiro governo de Leonel Brizola, como recorte cronológico – para a análise das políticas de segurança do Rio de Janeiro e as práticas das forças policiais. Essa opção derivou do entendimento de que naquele período se iniciou o conflito entre os modelos que hegemonizaram o debate no campo da segurança pública daquela época até os dias atuais. Por um lado, um modelo de segurança, hegemônico durante a maior parte da história brasileira, centrado na repressão, especialmente a crimes cometidos pelos indivíduos mais pobres, sem controle social e que despreza os direitos humanos. Por outro lado, o modelo proposto pela equipe de segurança de um governador adjetivado de caudilho e populista, amado pelo povo, detestado pelas forças conservadoras e criticado por amplos setores da esquerda política.

No início dos anos 1980, vivenciou-se no Brasil a abertura política, com o esgotamento de uma ditadura militar que suprimiu, dentre outros direitos fundamentais, a participação direta dos cidadãos nas escolhas dos governadores, prefeitos das capitais e de cidades consideradas estratégicas para a segurança nacional. O novo momento de escolha nos estados e municípios pelo voto direto da população, a partir de 1982, trouxe nova conformação no desenho dos governos eleitos a partir daquele período. Não foi surpresa ver que, após a fase ditatorial, grandes parcelas da população brasileira optassem por escolher governantes que haviam sido oposição ao regime anterior. No caso do estado do Rio de Janeiro, foi eleito governador o político gaúcho Leonel de Moura Brizola, principal adversário dos dirigentes, militares e civis, da ditadura. Ele assumiu o governo em 1983 e, dentre várias proposições polêmicas, propôs mudanças de fundo no paradigma até então vigente no campo da segurança pública. Essa mudança foi construída descolada, aparentemente, de um fenômeno preocupante: o aumento acelerado da taxa de crimes no Rio de Janeiro.

Com Brizola, teve início um novo programa de governo, que priorizou uma agenda voltada para os direitos humanos e com foco na segurança pública,

o CV foi o grupo que menos investiu nessa prática. Assim, a geopolítica da guerra entre os grupos criminosos armados bateu em cheio na Maré e passou a dominá-la de forma profunda.

direcionada às populações mais pobres do Rio de Janeiro. A expectativa e a esperança de mudanças na área social e em diferentes instâncias eram sentidas especialmente no que diz respeito ao papel cumprido pela polícia no trato com os moradores das áreas de favelas e periferias. A promessa do novo governador era de construir uma ação policial centrada no respeito e reconhecimento de todos os cidadãos, inclusive os moradores das favelas, completamente privado, até ali, do direito à segurança pública, entre outros.

O início da gestão foi marcado por graves tensões no campo da segurança pública, uma vez que havia um histórico de denúncias de variadas ordens: relação da cúpula da polícia com determinadas atividades ilícitas, a exemplo do jogo do bicho; forte opressão aos presos; tratamento ofensivo aos moradores nas favelas etc. Nesse quadro, Leonel Brizola coloca o tema da segurança pública como uma de suas prioridades, numa tentativa de garantir a necessária aproximação com as populações mais pobres, bem como ser o precursor de um novo paradigma na área da segurança pública. No plano organizacional, criaram-se a Secretaria de Polícia Judiciária e Direitos Civis, responsável pelo ordenamento da Polícia Civil e a Secretaria de Polícia Militar, SPM, responsável por coordenar o trabalho da Polícia Militar. Na estrutura anterior, o estado possuía uma única secretaria denominada Secretaria de Segurança Pública, responsável pela Polícia Militar e pela Civil.

Além das duas secretarias, foram organizados quatro conselhos: Segurança Pública; Justiça e Direitos Humanos; Conselho Superior da Polícia Militar e o Superior de Polícia. Essas estruturas reuniam representantes do Estado e da sociedade civil, bem como estudiosos do tema da segurança. Elas tinham como objetivo funcionar como espaços de interlocução com a sociedade, com vista à busca de caminhos para se formular uma política de segurança pública que levasse em conta os interesses da maioria da população.

O sentido maior das mudanças promovidas na estrutura de segurança pública, de acordo com Hollanda (2005), era a superação da histórica subordinação da Polícia Militar aos anseios militaristas do Exército. Preocupados, em grande medida, com a segurança interna, a instituição federal fez com que a Polícia Militar não priorizasse formas de ação efetivamente pautadas na noção de segurança pública. Logo, a descentralização promovida pelo Governo Brizola revelou-se uma profunda ruptura com a lógica que dominou quase toda a história

da Polícia Militar, principalmente no que diz respeito à compreensão do papel institucional da organização. Isso porque,

[...] a “contaminação” da polícia pelo Exército gerou um tratamento enviesado da questão da criminalidade, fundada na evocação de uma terminologia bélica (“combate ao crime”) e de uma lógica armamentista. As estratégias de controle social moldavam-se, sobretudo, na recorrência aos mecanismos de repressão. A metáfora da guerra operava a administração cotidiana da vida social (Hollanda, 2005, p. 79).

Como símbolo da nova política, Leonel Brizola escolheu para o comando da nova secretaria da Polícia Militar o, então, coronel da PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Ele era um profissional negro, conhecido e respeitado pela seriedade e competência construída junto à corporação⁵⁶. Já para a Secretaria de Polícia Civil o destacado foi o delegado Arnaldo de Poli Campana, policial que não tinha um histórico de participação em cargos de direção até então. Ele permaneceu nessa função até meados de 1986, quando foi substituído pelo advogado Nilo Batista. O trabalho desses profissionais na gestão de Brizola teve como eixo central a abertura à sociedade de determinados canais de participação na elaboração e controle da segurança pública, com ênfase nos direitos humanos.

Na perspectiva apontada, uma das primeiras medidas da nova gestão na área de segurança pública foi acabar com a promoção por “bravura”. De acordo com Nilo Batista, citado por Holanda,

[...] a prática, consagrada pelo policiamento militar, sobretudo ao longo dos anos de recrudescimento político, gerava distorções inadmissíveis, que incluíam negociações espúrias da contabilidade de mortos em operação policial (Hollanda, 2005, p. 82).

No tocante às favelas, houve uma mudança significativa na forma de atuar da polícia. Na realidade, pela primeira vez na história da existência dessas localidades, a instituição foi, em certa medida, percebida pelos moradores como um órgão do Estado que não estava ali apenas para reprimir. Essa mudança, perceptível do ponto de vista dos residentes, se materializou em ações que se caracterizavam pela

⁵⁶ Nazareth Cerqueira tornou-se uma importante referência nacional no que concerne à proposição de uma política de segurança pública que levasse em conta os direitos humanos, a prevenção ao crime, o uso da inteligência e da pesquisa, além da proximidade da polícia com a comunidade. Sua concepção influenciou um grande leque de policiais, pesquisadores e políticos que passaram a se debruçar sobre o tema no período seguinte, dentre eles Luiz Eduardo Soares, o principal artífice do paradigma de uma segurança pública cidadã no Brasil contemporâneo. Cerqueira foi assassinado em setembro de 1999, quando já estava aposentado da PM, por um sargento da corporação. Embora a razão alegada fosse uma vingança pessoal, muitas pessoas que o conheceram têm dúvidas sobre o envolvimento de outras pessoas e a existência de outros interesses na sua morte. Falo um pouco mais sobre o seu trabalho e influência no capítulo 8 desta tese.

tentativa de reconhecimento de que nessas áreas havia cidadãos com direitos idênticos aos de moradores de qualquer outra parte da cidade.

Na época do Brizola não tínhamos essa coisa de Caveirão. Certamente ele não aceitaria isso. No governo dele havia muita possibilidade de diálogo, eles conversavam primeiro antes de fazer as coisas na Favela. O presidente da Associação de Moradores era respeitado. Eles ouviam a gente. Outra coisa é que não havia o que acontece hoje da polícia entrar de maneira violenta como entra. O Brizola proibiu que a polícia esculachasse (sic) ou humilhasse morador (Ex-presidente de uma das Associações de Moradores da Maré)⁵⁷.

Certa vez eu estava acompanhando a inauguração de um Ciep⁵⁸ e no palanque ouvi o governador Brizola dizer que não admitia que nenhum policial no governo dele enfiasse as botas na porta de um barraco humilde. Se na Zona Sul era necessário um mandado de busca para se entrar numa residência, o mesmo deveria ser feito em relação aos moradores de favelas (Depoimento de Policial).

Especificamente na região abrangida pelas favelas da Maré, aconteceram alguns eventos singulares, ocorridos no governo de Brizola, ilustrativos e perceptíveis no que tange à mudança do papel e da relação da polícia com os moradores locais. Uma atuação diferenciada da Polícia Militar ocorreu no ano de 1984, quando foram convocadas, pela primeira vez, as eleições diretas para a Associação de Moradores de Nova Holanda. Na ocasião, a Fundação Leão XIII, órgão ligado ao governo do estado, controlava a vida social dos moradores dessa favela, não permitindo, inclusive, a organização espontânea dos residentes, o que veio a ocorrer após implantação do Projeto Rio na região da Maré⁵⁹.

No intuito de se garantir a participação dos moradores e, também, a disputa saudável entre as chapas concorrentes, foi solicitado pela comissão eleitoral que a Secretaria de Justiça do Estado ajudasse na organização das eleições, sendo a Polícia Militar o órgão responsável por oferecer suporte à secretaria. Foi a primeira vez na Maré, após longo período, que a polícia foi percebida cumprindo uma função de respeito, no caso, garantindo o direito dos moradores de se organizarem para escolher livremente os dirigentes da organização que os representa.

O dia da eleição em Nova Holanda foi muito emocionante. Lembro como se fosse hoje. Aquele monte de morador gritando nas ruas os nomes de suas chapas. Tinha polícia em todas as partes próximas a escola onde tinha a votação. Era muita polícia mesmo. Veio um ônibus trazendo eles desde cedo. Naquele dia nossa

⁵⁷ Todos os depoimentos citados no capítulo, tanto de moradores como de policiais, foram coletados por mim.

⁵⁸ Centro Integrado de Educação Pública, unidade educacional também conhecida, até hoje, como Brizolão.

⁵⁹ Sobre esse projeto, ver capítulo 5, item 5.1.

comunidade era muito importante (Moradora de Nova Holanda, integrante de uma das chapas concorrentes).

Com o propósito de se diferenciar da marca dos governos anteriores, os quais foram regidos no campo da segurança pública pela lógica e princípios militares, Brizola governou afirmando querer na prática da ação policial o cumprimento rigoroso da lei. Exigiu, assim, que nenhuma entrada da polícia nas favelas fosse pautada pelo uso da força ou desrespeito aos direitos dos moradores. O governador tinha como pressuposto e diagnóstico que as péssimas condições de vida que caracterizavam as populações mais pobres da cidade tinham raízes no modelo econômico vigente. As consequências da desigualdade construída ao longo dos anos eram, justamente, a base para o exercício das violências presentes nas favelas, bem como para a ausência de condições adequadas de vida.

Na perspectiva de enfrentamento desse quadro, Brizola apontava que o enfrentamento da violência deveria acontecer a partir da implementação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento do grave problema social que caracterizava a vida dos pobres do estado. A crença era de que o investimento na educação seria fundamental no combate estrutural ao fenômeno da criminalidade, que crescia e já causava insegurança à população do Rio de Janeiro. Os Centros Integrados de Educação Pública, CIEPs, tiveram, então, como norte a materialização do horário integral na rede pública de ensino, através da construção de um projeto desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O projeto educacional foi um importante “carro chefe” do primeiro governo Brizola. Desde sua origem, foi uma iniciativa polêmica e, em alguns casos, questionada pelo conjunto dos profissionais da área de educação. Isso porque, embora atingisse apenas 10% dos alunos da rede pública estadual, absorvia uma parcela significativa do orçamento da educação, ficando a rede de escolas antigas sem qualquer investimento, abandonadas ao sucateamento. Não cabe neste trabalho uma reflexão mais profunda desse projeto; o que procuro destacar aqui é a inovadora preocupação do Governo Brizola em tratar do fenômeno da segurança pública e da criminalidade a partir de outras referências que não apenas a repressão dirigida aos mais pobres.

Certa vez, o governador Brizola sobrevoou no helicóptero da polícia um CIEP. Quando viu aquele monte de crianças correndo no pátio, vestindo camisetas amarelas, deu um sorriso e disse: nossa esse monte de criancinha correndo parece um monte de pintinho ciscando no lixo (Depoimento de um policial).

Uma questão emblemática do governo Brizola diz respeito à pouca valorização do profissional da segurança pública e da própria instituição como estrutura. Essa opção política do Governador pode ser identificada, por exemplo, pela não convocação de policiais concursados para ocuparem os cargos deixados por antigos policiais que se aposentavam. A criação da Secretaria de Defesa Civil também contribuiu para, em certa medida, diminuir a estrutura e o raio de ação da Polícia Civil. Além disso, não houve investimento na compra de equipamentos de segurança, tampouco na formação dos policiais para atuarem dentro dos preceitos que defendia.

No tocante especificamente ao problema da violência ocorreu, no período, um aumento considerável da incidência de crimes. O fato, contraditoriamente, criou uma situação de descrédito em relação ao governo, a ponto de nas corporações da polícia, por um lado, circular o juízo de que o governo não tinha compromisso com os órgãos de segurança, relegando-os à mera utilização política e buscando, de certa maneira, desmoralizar a classe dos profissionais da segurança; por outro lado, no seio da sociedade, circulava a percepção de que a violência crescia de maneira desenfreada. O fato gerou um forte aumento da sensação de insegurança e insatisfação, principalmente da parte dos setores médios e ricos do estado do Rio de Janeiro, o que acentuou as sensações de insegurança e insatisfação da população, principalmente entre os setores médios.

A época do Brizola foi terrível para nós, policiais. Na realidade, o aumento do crime no Rio de Janeiro vem dessa época. Nós, policiais, não podíamos trabalhar direito nas favelas. Ouvíamos que para abordar um morador tínhamos que primeiro se apresentar e falar de maneira bem educada. As batidas, comuns em favelas, não podiam mais ser feitas, somente se houvesse ordem judicial. Essa dificuldade, criada para que o policial não trabalhasse, fez com que os bandidos se sentissem à vontade para cometer crimes e andar despreocupados na favela. Isso gerou o que temos hoje: o policial não pode entrar na favela à paisana, somente em carro blindado (Policial militar do 22º Batalhão de Polícia).

Na realidade, não há dados precisos sobre o acentuado aumento da violência no período em questão. Somente a partir de 1985 os números sobre as ocorrências policiais e a violência, de maneira geral, começam a ser sistematizados, mesmo que de maneira incipiente⁶⁰. De qualquer forma, alguns dados do período podem ilustrar e ajudar na compreensão do alegado processo de crescimento da violência na ocasião.

⁶⁰ A forte oposição dos meios de comunicação contribuiu, certamente, para a ampliação do sentimento de insegurança da população, visto que a mídia enfatizava, de maneira cotidiana, a

Tabela 1
Homicídios dolosos registrados pela Polícia Civil
na cidade do Rio de Janeiro de 1985 a 2006,
por cem mil habitantes

Ano	População	Número de homicídios dolosos	Número de homicídios dolosos por cem mil habitantes
1985	5.268.004	1735	32,9
1986	5.303.464	1915	36,1
1987	5.338.925	2135	40,0
1988	5.374.386	2463	45,8
1989	5.409.847	3131	57,9
1990	5.442.424	ND	ND
1991	5.480.768	3.467	63,3
1992	5.508.048	3.545	64,4
1993	5.547.033	3.733	67,3
1994	5.577.141	4.081	73,2
1995	5.606.497	3.744	66,8
1996	5.551.538	3.081	55,5
1997	5.569.181	2.852	51,2
1998	5.584.067	2.119	37,9
1999	5.598.953	2.361	42,2
2000	5.857.907	2.737	46,7
2001	5.902.587	2.437	41,3
2002	5.947.852	2.718	45,7
2003	5.993.707	2.574	42,9
2004	6.040.160	2.653	43,9
2005	6.087.219	2.406	39,5
2006	6.134.892	2.465	40,2

Fontes: Tabela montada a partir dos dados constantes no site CESEC.
Homicídios, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro:
De 1985 a 1989: nº de registros;
1990: não há dados confiáveis, nem de registros, nem de vítimas;
De 1991 a 2005: nº de vítimas..

piora do quadro de segurança do estado. Nesse caso, houve o descolamento, no período do governo Brizola, entre a situação objetiva da segurança pública e a representação que se tinha, em geral, do fenômeno. Em especial porque as formas de violência, tal como a violência letal, foram provocadas, dentre outras razões, pelo crescimento progressivo das quadrilhas de traficantes de drogas. Esse fenômeno vinha ocorrendo no interior das favelas e ainda não atingia as partes nobres da cidade do Rio de Janeiro. Falaremos mais sobre essa questão no item em que tratamos do tema **representação e as favelas**.

Como podemos observar na tabela acima, a incidência de violência no caso dos homicídios dolosos teve um aumento significativo; quando olhamos os últimos dois anos do primeiro governo Brizola fica, evidente a tendência de crescimento. Uma questão importante que se coloca, então, é sobre o que, de fato, gerou essa situação. Foram esses anos, 1983 a 1986, determinantes para a disseminação da violência e a instauração da situação hoje existente?

Um fato reconhecido pelos pesquisadores que tratam do tema da segurança pública no Rio de Janeiro é a coincidência da construção de um novo modelo de segurança, centrado no respeito aos direitos fundamentais dos moradores de favelas e periferias e o fortalecimento do tráfico de drogas na cidade. Esse último processo foi fruto, em especial, do surgimento de organizações criminosas que se dedicaram a controlar os territórios populares, tal como as que viriam a ser denominadas Comando Vermelho e Terceiro Comando. O segundo fenômeno não tem, necessariamente, relação com o primeiro. De fato, o Rio de Janeiro se tornou, no início dos anos de 1980, um eixo estratégico na rota internacional das drogas, em especial da cocaína. Os cartéis colombianos, em especial os de Medellín e de Cáli, passaram a controlar a oferta internacional dessa droga, que atingiu um preço muito abaixo de sua média histórica. Em função desse processo de **industrialização da cocaína**, ocorreu a democratização de seu acesso, o que aumentou o seu mercado de forma exponencial. Nesse quadro, o Rio de Janeiro se tornou também um importante pólo consumidor da droga. Com isso, no quadro de ausência histórica da presença regular da instituição policial nas favelas, criaram-se as condições para a ampliação do controle desses espaços pelas quadrilhas de traficantes.

Logo, o limite do governo Brizola não foi a política centrada nos direitos humanos, mas a sua incapacidade de construir um modelo de repressão ao crime eficiente, que levasse em conta o crescente domínio dos espaços favelados por grupos criminosos vinculados ao tráfico de drogas. Na verdade, o paradigma em construção não conseguiu, na época, materializar-se em um formato de ação, no campo da segurança pública, que funcionasse como alternativo para o modelo centrado na repressão indiscriminada e na violência institucionalizada. Com isso, cristalizou-se na corporação e em grandes parcelas da sociedade uma representação de inação, desinteresse e desprezo às corporações policiais. Ao fenômeno se associava, naquela conjuntura, um profundo sentimento de

desconfiança dos grupos da esquerda política do país com as instituições de segurança pública, tendo em vista o papel historicamente repressivo dessas últimas. A ênfase nas políticas sociais era percebida como uma renúncia às ações de segurança, em si, desconsiderando o papel das forças policiais na garantia de segurança pública e repressão ao crime.

Além disso, o Governo Brizola foi marcado pela incapacidade de enfrentar, de forma eficaz, os vícios presentes na cultura policial carioca. Assim, ele foi acusado, em diversos momentos, de aceitar dinheiro da contravenção – os banqueiros do jogo de bicho – e ser conivente com a corrupção. Além disso, ele aceitara a entrada no PDT de políticos marcados pela pecha da corrupção, clientelismo e fisiologismo, em particular os ligados ao antigo governador Chagas Freitas, ou, em alguns momentos, fizera alianças com eles. Em função dessas denúncias e da forma caudilhesca como se relacionava com os grupos sociais populares, sua principal base de apoio, Brizola também era atacado por diversos setores da sociedade civil e outros partidos do campo progressista.

Diante desse volume de enfrentamentos e da conjuntura econômica inédita de 1986, dominada pelo Plano Cruzado – que congelou os preços e salários – o PDT, partido do então governador, enfrentou dificuldades com a candidatura de Darci Ribeiro, que perdeu as eleições para Moreira Franco, eleito pelo PMDB. O novo governo, como apresentarei a seguir, retomou o discurso tradicional no campo da segurança pública, centrado na lógica militarista, bélica e de repressão indiscriminada ao crime. Não escapou, como todos os que seguiram o mesmo modelo, ao fracasso.

3.3.

O Estado do Rio de Janeiro governado por Moreira Franco

Wellington Moreira Franco governou o Rio de Janeiro entre 1987 a 1990. Ex-deputado federal e ex-prefeito de Niterói no Rio de Janeiro, ele ganhou as eleições, na ocasião, com uma promessa bombástica: acabaria com a violência criminosa em seis meses⁶¹. O foco na questão se deu em função do sentimento profundo de insegurança que caracterizava a região metropolitana e pelo clamor dos setores dominantes da sociedade carioca contra a forma como o governo anterior havia tratado a política de segurança pública. Na realidade, tinha-se cristalizado, no período, um juízo de que o governo Brizola não atuara de modo satisfatório para reprimir e punir as pessoas envolvidas nas atividades ilícitas. Ao contrário disso, permitia aos criminosos agirem livremente, sem a devida ação para reprimi-los.

Moreira Franco assumiu o governo com um discurso de combate à violência numa ótica de cumprimento da lei, com a garantia de preservação da vida e da retomada da autoridade dos órgãos de polícia. No trecho do discurso a seguir, podemos observar a reafirmação feita no período da campanha eleitoral de que o combate ao crime seria uma de suas prioridades.

Temos o compromisso público de reduzir a criminalidade, da qual todos somos vítimas diárias e indefesas. Não perderemos de vista que a miséria é o fermento original desse flagelo, nem usaremos a violência como arma para combater a violência. À população, entretanto, asseguro que o Estado cumprirá seu dever indelegável de garantir o direito à vida, restaurando o princípio da autoridade e a eficiência de suas polícias (Discurso de posse de Moreira Franco no Governo do Estado do Rio de Janeiro – 15/03/1987).

O novo governador sinalizava também a necessidade de o Estado garantir ao cidadão de fato – aqueles que pagavam impostos – a devida segurança pública, através da ordenação efetiva da cidade pelo poder público. A proposição ecoou fortemente nos setores médios e ricos do Rio de Janeiro. A alegação central era a de que o governo deveria agir de maneira severa e com firmeza, a fim de tomar as rédeas da situação pretensamente caótica que se estabelecera.

⁶¹ Anos depois, em fala pessoal, o ex-governador revelou-se arrependido da promessa despropositada e afirmou ter sido conduzido ao erro pelo **marqueteiro** da sua campanha eleitoral. Ele tinha dado início ali ao tratamento eleitoral da questão da segurança pública e seu fracasso foi tão patente que nunca mais Moreira Franco se elegeu para um mandato majoritário.

Na composição da nova equipe da segurança pública, assumiu o comando da Polícia Civil o advogado Marcos Heusi, ligado ao PMDB. Para a direção da secretaria responsável pela Polícia Militar foi designado o Coronel Manoel Elyσιο de Freitas, que ficou no cargo até se aposentar, sendo substituído pelo Coronel Jorge de Paula.

As nomeações dos novos secretários não se realizaram sobre os auspícios de bom funcionamento ou da competência profissional, mas sim da conveniência política. Heusi era um advogado ligado ao partido que levara o governador ao poder e em vista de uma articulação política partidária foi alçado ao posto de secretário. Manoel Elyσιο tornou-se secretário através de uma articulação interna da corporação que previa inclusive o tempo que ficaria no poder e o seu provável substituto, o Cel. Jorge de Paula (Marino, 2004, p. 98).

No curto período de seis meses em que permaneceu no cargo, o secretário de Polícia Civil, de maneira espetacular, realizou em uma área nobre da cidade, o aterro do Flamengo, uma solenidade de entrega de centenas de viaturas aos policiais militares e civis. Essa atitude simbólica tinha como propósito mostrar à sociedade o diferencial desse novo governo em relação ao anterior, que não teria oferecido condições mínimas de trabalho ao policial.

Demitido em função da falta de resultados no período, Marcos Heusi foi substituído por outro advogado, Hélio Saboya, procurador do estado. Embora não fosse profissional de carreira, Saboya se tornou muito querido pelos policiais por ter atuado bastante na melhoria de condição de trabalho dos profissionais de segurança pública. Permaneceu no cargo até o mês de abril do último ano de governo Moreira. No seu lugar, seguiu até o final desse governo o delegado Heraldo Gomes, profissional dos quadros da polícia desde longa data.

Hélio Saboya foi um secretário de polícia civil muito bom para o policial. Ele valorizou o profissional de polícia, lutando junto ao governador para que houvesse reposições de salários. Eu me lembro que teve uma vez que ele conseguiu um aumento em três parcelas, de 17%, 20% e 20%. Há muito tempo não tínhamos um aumento assim. Outra coisa importante de Hélio Saboya era que ele trabalhava a autoestima do policial. Certa vez ele promoveu um almoço no dia do policial, em 29 de setembro, no Clube Portuguesa, na Ilha do Governador. Nesse dia, ele levou a cantora Alcione, o cantor Aguinaldo Timóteo e organizou um churrasco para toda a classe dos policiais civis. Isso só aconteceu essa vez (Depoimento de policial).

No plano organizacional e de gestão da segurança pública, o novo governo não ousou na criação de novas estruturas para além do que havia realizado Leonel Brizola. O eixo da ação pública na área se baseou no que se tornaria uma tradição

nos governos posteriores: o investimento prioritário em veículos e armas – sendo o grau de letalidade dessas progressivamente ampliado. Além disso, foram realizadas apenas algumas reformas em batalhões e a construção do presídio de segurança máxima Bangu I.

O período de Hélio Saboya e Manoel Elysio na direção das polícias civil e militar, respectivamente, foi marcado por muitas operações visando à captura de chefes do tráfico de drogas nas favelas e a apreensão de armas, sendo os resultados apresentados à imprensa diretamente pelo governador. As práticas demonstram a definição dos espaços das favelas como as arenas nas quais se travava a luta contra a criminalidade. Com efeito, havia um nítido esforço para construir uma política de segurança pública oposta à experiência do governo anterior. O juízo criado era de que o estado do Rio de Janeiro estava entregue aos grupos criminosos, que faziam, de maneira impune, o que bem desejavam. Nessa lógica de ação, recuperou-se a tradicional doutrina belicista das forças armadas de combate ao crime e as favelas foram sendo progressivamente representadas como responsáveis pelo recrudescimento da violência e da criminalidade na cidade. A seguir, os chefes do tráfico de drogas foram demonizados e tornaram-se os inimigos públicos, por excelência.

A volta das **batidas** – incursões policiais sem prévio aviso – nas favelas significou para os moradores um retrocesso no processo de conquistas de direitos, em particular a preservação da privacidade do espaço doméstico.

A volta da chegada da polícia sem avisar na favela foi algo muito ruim para nós, moradores. Saímos de uma situação que a polícia tinha que respeitar o trabalhador para a total falta de respeito com quem mora na favela. Um dia eu vivi isso na minha família. Eu tinha um irmão que era alcoólico e que vivia na rua até de madrugada. Um dia ele viu a polícia e saiu correndo. Ele tava “doidão”. Quando ele entrou em casa, a polícia foi atrás e subiu até a laje. Quando o meu irmão viu a polícia subindo atrás dele dentro de casa, ele ficou desesperado, o que acabou acordando a minha mãe e outro irmão meu. Quando o policial chegou na laje começou a atirar e o meu irmão foi baleado. Com a confusão instalada e o meu irmão sendo operado no hospital, foi se ver que ele era trabalhador e que aquilo tudo era um absurdo ter acontecido (Morador da Vila dos Pinheiros, parente de vítima de violência policial).

A lógica de enfrentamento assumida pelo governo do Estado gerou uma resposta nas mesmas bases das organizações criminosas. Assim, os grupos armados que dominavam o tráfico de drogas nas favelas ampliaram sua capacidade bélica, aumentando a quantidade e a sofisticação de suas armas. Como

efeito perverso, a “corrida armamentista” diminuiu o valor das armas curtas – revólver e pistola – e difundiu o seu uso nos crimes cotidianos. Nessa perspectiva, como revela o quadro sobre as taxas de homicídios acima exposto, o número de mortos não parou de crescer, assim como a violência da guerra na vida cotidiana dos moradores das favelas.

O discurso de que era preciso uma atuação **linha dura** na polícia tinha, na realidade, uma premissa subjacente: a incompatibilidade com o discurso do governo anterior de se construir uma política de segurança pública com respeito aos direitos humanos. Na **nova experiência**, o conceito sequer era tocado, sendo substituído pelo princípio de que a lei deveria ser cumprida, sendo o seu parâmetro os direitos de parcelas privilegiadas da população.

A percepção de que as políticas públicas deveriam abarcar uma parcela da sociedade considerada cumpridora dos deveres e pagadora dos impostos recuperava uma visão de hierarquia sobre a quem deveria servir o Estado, em especial no campo da segurança pública. Impressiona, nesse caso, a recorrência, desde a criação das forças policiais, da idéia de uma instituição dedicada a proteger e garantir o direito dos setores dominantes.

O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigiu sua ação. Pode se ver esse exercício de concentração de força como defensivo, visando a proteger as pessoas que fizeram as regras, possuíam propriedade e controlavam instituições públicas que precisavam ser defendidas (Holloway, 1997, p. 50).

O recrudescimento da violência, o crescimento dos grupos armados e os conflitos entre diferentes facções criminosas nas favelas fizeram com que a questão da repressão à venda das drogas fosse ocupando a agenda dos órgãos responsáveis pela segurança pública. O combate aos grupos que traficavam drogas nas favelas foi intensificado, sendo dada, portanto, uma ênfase desproporcional ao enfrentamento dos grupos varejistas, sem uma devida preocupação com os traficantes de grande escala, responsáveis pelo envio de drogas às favelas.

Um incidente desse período, que ilustra bem o fortalecimento dos grupos armados, foi quando um chefe do tráfico de drogas do Morro do Adeus, em Ramos, chamado Uê⁶², atacou a 21ª Delegacia de Polícia, em Higienópolis. Ele passava em grupos distribuídos em vários carros, num **bonde**, como chamamos, e atiravam em direção

⁶² Uê se tornaria, posteriormente, um dos criminosos mais poderosos do Rio de Janeiro e, depois de romper com o Comando Vermelho, fundou a facção ADA – Amigos dos Amigos.

à Delegacia. Vários policiais ficaram feridos nesses episódios. Tenho um amigo que anda em cadeira de rodas, decorrente deste ataque (Depoimento de policial).

Num quadro de violência crescente no Rio de Janeiro, o governo de Moreira Franco chegou ao seu final com um saldo extremamente negativo do ponto de vista da suas promessas iniciais e desmoralizado em função do alegado compromisso de acabar com a violência em um curto período⁶³. De fato, não aconteceram mudanças substanciais em relação à segurança pública, a insatisfação dos grupos sociais populares era intensa e o governo não dera sequência a boas experiências efetivadas no governo anterior. Nesse quadro, Leonel Brizola continuava a ser a referência para amplos setores da população, em particular os mais pobres. Derrotado na primeira eleição presidencial realizada após a ditadura militar, em 1989, ele se lançou candidato a governador em 1990. O candidato do PDT obteve mais de metade de votos e se tornou, pela segunda vez, governador do Estado do Rio de Janeiro.

⁶³ Um fato simbólico do desgaste do Governador e do fracasso de sua política de combate ao crime foi a recepção, ao final de sua gestão, a um grupo de notórios contraventores, ligados ao jogo do bicho, no Palácio da Guanabara, sede do governo.

3.4.

A volta de Leonel Brizola ao governo do Estado

O novo mandato do **velho caudilho**, entre 1991 a 1994, foi assumido numa perspectiva de se retomar projetos iniciados na primeira gestão e interrompidos pelo governo Moreira Franco. A fácil vitória fora provocada, principalmente, por dois fatores: primeiramente, o desgaste sofrido por Moreira devido ao aumento significativo da violência e a conseqüente sensação de insegurança generalizada no estado; em segundo lugar, o descontentamento dos moradores de favelas e periferias pela atuação repressora e violenta das forças policiais. Nesse sentido, a vitória de Brizola revelou o quanto a pauta da segurança pública passou a ter importância na definição do governador.

No plano da estrutura organizacional, não houve novas alterações, sendo mantidas as duas secretarias, uma voltada para a coordenação da Polícia Civil e a outra dedicada à Polícia Militar. No caso da última, foi convidado a retomar o cargo de secretário o Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, o mesmo profissional que assumira a direção da instituição durante toda a primeira gestão de Brizola. Já a Secretaria de Justiça e de Polícia Civil foi assumida pelo advogado Nilo Batista, que também era vice-governador. Nilo Batista pertencia ao mesmo partido de Brizola e gozava de grande prestígio como advogado, tendo sido presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, durante vários anos. Ele atuara profissionalmente na defesa de Brizola em seu retorno à vida pública, após a abertura política no Brasil.

Os desafios da nova fase do governo de Brizola eram enormes no campo da segurança pública. Por um lado, havia a expectativa de parte da sociedade de que a polícia deixaria de atuar de maneira violenta nas áreas onde os grupos armados de traficantes de drogas predominavam, ou seja, nas favelas. Por outro lado, os mesmos setores que se opunham ao primeiro governo temiam o que poderia acontecer no estado do Rio de Janeiro, já que o consideravam responsável pelo crescimento da violência e o acusavam de ser conivente com grupos ilícitos.

No quadro de tensão, Nilo Batista investiu na idéia de que era necessário aparelhar as polícias e priorizar o enfrentamento de alguns tipos de crimes, como assaltos e sequestros, que atingiam de maneira direta as camadas médias e ricas da sociedade. Diante do crescimento exacerbado do crime de sequestro, em função

da ação das facções criminosas, foi criada a Delegacia Antissequestro, DAS. A resposta imediata do governo à violência que afetava os setores sociais mais ricos, e com maior poder de pressão, não se dava da mesma maneira em relação às populações mais pobres.

Ao contrário da gestão anterior, houve um acirramento da violência, de diferentes ordens, nos territórios favelados e o aprofundamento de uma prática policial que não considerava o morador daqueles espaços com os mesmos direitos dos de outras partes da cidade. O aumento da violência policial e a autonomização de parcelas da instituição em relação ao governo tiveram expressão maior na famosa chacina ocorrida na favela de Vigário Geral, em 1993. Vinte e uma pessoas foram assassinadas, como um ato de vingança, por um grupo criminoso formado por policiais militares, denominado Cavalos Corredores. O fato é emblemático por revelar a representação perversa e preconceituosa de que só residiriam suspeitos e criminosos nas favelas. O depoimento de um morador impressiona pela clareza e, também, indignação com o tratamento dispensado aos moradores de favelas no Rio de Janeiro.

As pessoas mortas na chacina de Vigário Geral me mostraram o quanto quem mora na favela não vale nada. Quando é que a gente tem notícia de a polícia fazer uma batida em Ipanema ou na Barra e chegar entrando nos prédios empurrando as portas dos apartamentos e atirando sem saber quem são as pessoas? Alguém pode me dizer se isso já aconteceu alguma vez? Lá, eles fazem durante um tempão investigação, procuram o alvo certo, pegam autorização da Justiça para chegar e prender as pessoas. Lá, eles prendem, não matam sem saber quem estão matando (Morador da favela Nova Holanda, parente de pessoas residentes em Vigário Geral).

Apesar das dificuldades na relação com os cidadãos dos territórios populares, no segundo governo Brizola, alguns projetos importantes foram desenvolvidos para estreitar os vínculos entre a polícia e a sociedade. Um deles foi a Central de Denúncias, que consistia em um sistema telefônico de recepção de eventuais denúncias que as pessoas, de forma anônima, desejassem fazer. Esse serviço era ligado à vice-governadoria, tendo sido o embrião do que é conhecido, atualmente, como Disque Denúncia. Outro projeto inovador para as áreas faveladas foi o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC). A idéia original do projeto era manter profissionais da área de segurança pública, além do oferecimento de determinados serviços, como retirada de documentos de identificação, acesso à justiça, através da defensoria pública, e outros diretamente

à população dessas regiões. Essa estrutura persiste até os dias atuais, inclusive na Maré, porém sua missão foi esvaziada ao longo dos anos.

Em abril de 1994, Leonel Brizola deixou a função de governador para concorrer outra vez às eleições presidenciais. Nilo Batista assumiu o cargo de governador, dentro do mesmo espírito empreendido anteriormente. Em seu lugar como secretário da Polícia Civil, assumiu o delegado Mario Covas, que possuía um longo histórico de competência e honestidade no exercício da profissão de policial. Nesse período curto em que Nilo Batista foi governador, houve, todavia, um aumento significativo da violência e, de certa maneira, pouco apoio da sociedade diante das medidas encaminhadas para enfrentar um fenômeno que se tornava, na percepção do conjunto da população, cada vez mais incontrolável. Nesse quadro, surge como grande esperança para superar a crise de gestão do Estado do Rio de Janeiro um ex-dirigente do PDT, que rompera com Leonel Brizola e se integrara ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira): Marcelo Alencar.

3.5. Marcelo Alencar é eleito governador do Estado

No mesmo cenário de crise na área da segurança pública que caracterizou os três mandatos de governadores do período democrático, Marcelo Alencar foi eleito para o mandato entre 1995 e 1998 afirmando que tinha soluções concretas para a resolução dos problemas da violência no estado. No acirrado pleito eleitoral que disputara, foram considerados, pelo conjunto dos candidatos, o agravamento da violência, o descaso e a complacência dos governos anteriores com os grupos ilícitos, especificamente os mandatos de Leonel Brizola. Naquele quadro, Alencar se elegeu prometendo ser enérgico e combativo no enfrentamento dos grupos criminosos.

Na gestão da segurança pública, o governador definiu retornar ao modelo de estrutura anterior ao primeiro governo de Leonel Brizola. Assim, as polícias militar e civil ficaram sob uma única estrutura: a Secretaria Estadual de Segurança Pública. A idéia básica do governador era definir uma orientação unificada para as polícias do estado, de modo a garantir sinergia nas ações das corporações historicamente rivais. O secretário de segurança pública que assumiu no período foi o general Euclimar Lima da Silva. Para o comando da Polícia Militar, foi escolhido o coronel Dorazil Castilho Corval, em função de uma trajetória profissional considerada honesta e dedicada à corporação. Na Polícia Civil, assumiu o delegado Dilermando Amaral, que viria a ser substituído, poucos meses depois, pelo delegado Hélio Luz, identificado com o Partido dos Trabalhadores e com os movimentos sociais.

As noções de ordem e combate, duas expressões que representam princípios militares, definiram sobremaneira a lógica de formação do novo governo na área da segurança pública. Esse se baseou na parceria com o exército para montar a estratégia de enfrentamento do crime no Rio de Janeiro. A expectativa, ao se entregar o comando dessa pasta a um general, era de que, como ocorrera em 1992, durante a realização do evento internacional Eco 1992 na cidade, o exército assumisse o patrulhamento das ruas, o controle das entradas e saídas das favelas, dentre outras ações. A presença das forças armadas nas ruas do Rio de Janeiro era uma demanda antiga dos setores mais conservadores da população e vista como uma saída para se solucionar os

problemas da criminalidade, em particular no que diz respeito ao enfrentamento dos grupos criminosos nas favelas.

O novo secretário de segurança, que coordenara as ações do Exército durante a Eco 92, assumiu afirmando que,

a redução da criminalidade urbana só ocorreria no Rio de Janeiro com a presença efetiva das forças armadas no policiamento urbano e que a presença do Exército nas ruas era essencial para solucionar a crise que a cidade estava enfrentando (Marino, 2004, p. 115).

As medidas de combate à criminalidade baseadas na repressão e no uso da violência, principalmente nas favelas, geraram um aumento significativo no enfrentamento entre os grupos criminosos e a polícia. O uso da repressão massiva e indiscriminada não contribuiu, entretanto, para a diminuição dos índices de violência. Ao contrário, a sensação de insegurança e medo por parte dos moradores do Rio de Janeiro cresceu, assim como a incapacidade do governo de dar respostas convincentes nesse campo para a sociedade. Naquele quadro de pressão, o então secretário de segurança, general Euclimar da Silva, pediu demissão. Ele foi substituído por outro general, Nilton Cerqueira, integrante da ala mais repressiva do período de ditadura militar e responsável pela morte de um ícone da luta armada no Brasil: Carlos Lamarca.

O secretário Cerqueira apresentou à sociedade um discurso severo, centrado na defesa da ordem social. Nele, as favelas eram identificadas como os locais de geração da violência e de onde saíam os males que atingiam toda a população do Rio de Janeiro. Segundo o general, o Estado, através da polícia, deveria ocupar e controlar a vida dessas localidades.

O período no qual mais se combateu os bandidos das favelas foi quando assumiu o general Cerqueira, no governo de Marcelo Alencar. Naquela época, nós tínhamos um comando, uma ordem. Os policiais eram reconhecidos como os profissionais que deveriam colocar a ordem e nos era dado o respaldo para as ações que realizávamos. Agora, o governo está preocupado como os fatos vão chegar na imprensa e como repercute na sociedade. Nós, os policiais, temos de nos submeter a uma situação na qual não podemos nem entrar nas favelas. Os bandidos tomaram conta. E por que isso aconteceu? Justamente porque faltam comando e firmeza, como já tivemos na época do general Nilton Cerqueira (PoliciaI militar lotado no 22º Batalhão de Polícia, na Maré).

Uma das principais – e das mais polêmicas – medidas do general Nilton Cerqueira foi a instituição de um tipo de recompensa e a reedição da promoção por bravura aos policiais que efetivassem atos de enfrentamento ao crime.

Concedeu ainda autorização para que os policiais pudessem utilizar uma segunda arma em serviço, aumentando o poder de fogo desses profissionais. Essas atitudes tiveram um papel determinante no aumento dos homicídios nos quais havia profissionais da segurança pública envolvidos. Os homicídios realizados por policiais passaram a ser identificados como **autos de resistência**, considerados pelas organizações de defesa dos direitos humanos como um instrumento de proteção aos policiais, quase uma **licença para matar**. Com tais medidas, a cúpula da secretaria de segurança sinalizava aos policiais que eles poderiam agir de forma truculenta, em particular nos espaços populares, sem temor de punição.

O centro da estratégia da Secretaria de Segurança era o aumento das ações nas quais a polícia estaria atuando. Cada policial deveria se imbuir do espírito de que a valorização do seu trabalho viria a partir do número de bandidos ou traficantes que conseguisse atingir, seja matando ou prendendo. A recompensa seria, então, a gratificação por bravura - ou **faroeste**, como foi denominada, jocosamente, por organizações da sociedade civil - para os que mais se colocassem na linha de embate.

A orientação de atuar de maneira agressiva, como se houvesse uma guerra em curso, atingiu diretamente a vida cotidiana dos moradores das favelas. O alvo reconhecido era os integrantes do tráfico de drogas, considerados, na versão da polícia e da grande mídia, como os responsáveis por toda a violência que se espalhava pelo Rio de Janeiro. O enfrentamento ao domínio territorial desses grupos, identificados a partir de organizações que controlavam áreas específicas, se deu a partir de incursões bélicas nas favelas que foram transformadas em campos de batalha, com os moradores tendo o seu cotidiano marcado por momentos de terror e medo.

Foram muitas as ocorrências de violência policial no período de comando do general Nilton Cerqueira. Um exemplo exposto em março de 1997 no canal de maior audiência da televisão aberta do Brasil mostrou como a polícia, de maneira deliberada, chegava às favelas numa abordagem violenta e desrespeitosa: o major Álvaro Rodrigues Garcia, que no ano anterior havia recebido uma promoção por merecimento, comandou uma operação na favela Cidade de Deus no Rio de Janeiro. Uma filmagem realizada por um morador revelou a forma singular como os policiais, na época, abordavam e humilhavam os moradores das favelas, sem

razões ou justificativas aparentes senão o preconceito e o sentimento de impunidade⁶⁴.

O dado mais curioso na gestão do General Cerqueira foi a participação nela do delegado Hélio Luz. Ele atuara como advogado e tinha uma longa trajetória no campo da defesa dos direitos humanos. Por solicitação do secretário de segurança, Luz assumiu, inicialmente, a Divisão Antissequestro e, a seguir, a chefia da Polícia Civil. Em livro no qual é apresentada a sua experiência como homem público, ele pontua que, apesar das diferenças ideológicas entre ele e o general, foi possível atuar sobre o que se relacionasse diretamente ao trabalho de segurança pública. A razão fundamental para aceitar o convite era o compromisso do general de “retomar o controle da polícia e bater duro na corrupção” (Benjamin, 1998: 29). À pergunta de um jornalista, na época, sobre como se sentia trabalhando com o homem que, vinte e cinco anos antes, matara Lamarca, o delegado respondeu nos seguintes termos: “... sou um funcionário de carreira da polícia e o país vive tempos diferentes. Na época da ditadura, eu e o general estaríamos em lados opostos. Eu não mataria o Lamarca, estaria ao lado dele” (Benjamin, 1998, p.38).

Ao assumir a chefia de polícia, Hélio Luz enfrentou uma forte resistência da corporação. Ao perceber a **greve branca** dentro da polícia, Luz reuniu um grupo de policiais mais antigos, comissários e inspetores, que chefiavam as investigações nas delegacias, a fim de exigir empenho e compromisso no combate aos crimes identificados. Dessa reunião, formou-se o grupo Astra, que, no período de Hélio Luz, foi fundamental para o conjunto de prisões e combate ao crime.

O período do delegado Hélio Luz na chefia de polícia foi o mais sério e atuante na polícia. Foi o período no qual todas as investigações iam até o final. Os policiais se sentiam estimulados a trabalhar e ir até o final nas investigações. Outra coisa importante que eu vi na gestão do Hélio Luz foi a valorização do policial. Na época tinha um esquema de fornecimento de refeições para presos e policiais. A compra pelo estado era com valores superfaturados. Quando ele assumiu, rompeu esse contrato e passou a dar ticket refeição à corporação (Depoimento de Policial Civil).

Desse período de atuação conjunta do general Nilton Cerqueira e do delegado Hélio Luz, identificamos um conjunto de ações no sentido de demonstrar à sociedade que o governo estava enfrentando o problema da violência no Rio de Janeiro. Assim operações para prender traficantes de drogas, inibir

⁶⁴ Em 08/07/2009, Álvaro Garcia, agora no posto de Coronel, chegou ao segundo principal posto da PM, o de Chefe do Estado Maior

sequestros, proibir o jogo de bicho, dentre outras, eram frequentes. Na ocasião, várias pessoas acusadas de liderarem o tráfico de drogas nas favelas foram presas.

Entretanto, a escalada da violência não diminuiu. Ao contrário, recrudescceu, numa demonstração de quanto os efeitos da política de incentivo ao enfrentamento do crime, através do uso da força pelos profissionais da segurança, foi ineficiente em termos de resultados da melhoria da sensação de insegurança na qual viviam e ainda vivem os moradores do Rio de Janeiro. Além disso, o governo de Marcelo Alencar estava profundamente desgastado por acusações de corrupção no processo de privatização indiscriminada de todas as instituições estatais do Rio de Janeiro, e pela incapacidade de apresentar propostas inovadoras para a questão social. Nesse quadro, a partir de uma inédita aliança com o Partido dos Trabalhadores, o PDT elegeu o seu candidato derrotado em 1994, Anthony Garotinho.

3.6. Anthony Garotinho se torna Governador

Um fato inédito ocorreu na eleição para governador de 1998: pela primeira vez um político do interior se elegeu para governar o estado. Ex-prefeito de Campos, cidade localizada no extremo norte do estado, seu nome é Anthony William Matheus de Oliveira, mais conhecido como Anthony Garotinho.

O novo governador, ao contrário dos políticos que o antecederam, pautou o tema da segurança pública no pleito eleitoral a partir de um viés, até então, inovador. A abordagem escolhida foi reunir pesquisadores sobre o tema da segurança pública, para pensar outra forma de tratar o fenômeno da violência. A maioria deles era, cabe salientar, tributária do paradigma proposto pelo Coronel Nazareth Cerqueira. O discurso eleitoral de Anthony Garotinho, então, foi centrado na valorização dos profissionais da área da segurança; no compromisso de combater o crime através do desenvolvimento de estratégias inteligentes e através do cumprimento estrito da lei; e, acima de tudo, no reconhecimento do direito à segurança pública para todos os cidadãos.

O sociólogo e professor Luiz Eduardo Soares foi convidado a coordenar o programa de segurança pública do candidato Garotinho, tendo sido o principal formulador das suas proposições nesse campo. A idéia de pautar a segurança pública numa perspectiva diferenciada ao que se tinha até então foi condensada num livro intitulado *Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro*, resultado do encontro do futuro governador e o grupo de pesquisadores que Soares coordenava.

O sentimento por parte dos pesquisadores era de que aquela era a oportunidade de colocar em prática as propostas idealizadas em anos de estudos sobre o tema, a partir da certeza de que o item seria primordial na agenda de qualquer governador que quisesse tratar seriamente a questão da segurança pública no Rio de Janeiro.

Estou convencido de que o problema da segurança pública, em nosso país, em particular em algumas grandes cidades, é tão grave e urgente, que exige de nós a superação de preconceitos ideológicos, pruridos partidários e faccionalismos, para que se forme uma ampla coalizão nacional pela civilização e contra a barbárie, reunindo conservadores, liberais, social-democratas, socialistas e comunistas de diferentes matizes. Todos os que se disponham a considerar que a imposição das leis por meios legais e legítimos é uma condição inescapável da vida pacífica em coletividade (Soares, 2000, p. 49).

A citação acima de Luiz Eduardo Soares é do livro *Meu Casaco de General*, no qual narra a sua experiência de participação no governo Garotinho por um período de quinze meses, como subsecretário de Pesquisa e Cidadania. Ela demonstra o entusiasmo e a crença de que seria possível construir uma política de segurança pública capaz de combinar “eficiência policial com respeito aos direitos humanos, aos direitos civis e às leis (...) sem negar suas relações com o desemprego e a crise social” (Soares, 2000, p. 48).

Havia, contudo, já no início da formação da equipe de governo, diferenças quanto aos nomes adequados para a equipe da área de Segurança Pública, embora a estrutura herdada de Marcelo Alencar fosse mantida. Como secretário de Segurança, o novo governador escolheu o General José Siqueira, um profissional que se colocou, desde o início, identificado com as idéias do General Nilton Cerqueira. Essa opção de Garotinho se mostrou dissonante com o percurso feito pelo grupo até então e contrariou os formuladores das propostas eleitorais no quesito segurança pública.

Mesmo assim, foi feito um acordo de tentar encaminhar a proposta da política de segurança nos moldes apresentados na campanha eleitoral. O governador Garotinho, diante da primeira crise na área da segurança, propôs a Luiz Eduardo Soares a criação de um grupo de trabalho que, junto com o general José Siqueira, prepararia o programa para a área de segurança no seu governo. Esse grupo de trabalho teria representantes da sociedade civil, da Polícia Civil, o secretário de Segurança Pública, além de Soares, nomeado subsecretário de Pesquisa e Cidadania. O plano de trabalho elaborado abrangia um conjunto de medidas que iria desde a modernização das delegacias, através da implantação do projeto **delegacia legal**, passava pela criação de novas unidades para a polícia militar até à valorização dos profissionais da segurança pública através da formação e melhoria de salários. Foi proposta, ainda, a criação de programas de melhoria do relacionamento junto à população e de conselhos de participação da sociedade civil.

Especificamente sobre o trabalho de segurança nas áreas faveladas do estado, o novo governo propunha a implementação de um projeto batizado de “Mutirão pela Paz”. A iniciativa começou na favela Vila Pereira da Silva, o Pereirão, em Laranjeiras. O trabalho do **Mutirão da Paz** baseou-se na articulação de diferentes órgãos públicos, como DETRAN, Secretarias de Ação Social, de Educação, de

Saúde, Ministério Público e outras, a fim de que passassem a atender às demandas dos moradores de forma integrada. A idéia foi combinar a ocupação policial com o desenvolvimento de ações no campo social. Além disso, buscou-se um tipo diferenciado de relação com as populações de favela, com ênfase na criação de uma nova cultura de relacionamento entre polícia e moradores.

Em julho de 2000, uma nova proposta de policiamento comunitário foi colocada em prática através da criação do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Esse projeto, um pouco mais elaborado que o Mutirão da Paz, propunha a criação de um espaço dentro das Favelas no qual seriam desenvolvidas ações de relacionamento com os moradores e o estabelecimento de parcerias. Na implementação dessa iniciativa, a organização não-governamental Viva Rio foi uma parceira estratégica, no sentido de formular e buscar a inserção das organizações locais no projeto. A primeira favela que recebeu o GPAE foi o complexo Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

A criação da nova unidade de polícia dentro de favela levava em conta desde a formação dos policiais que ali trabalhariam até o cuidado de se pensar formas de mediar a influência exercida pelos grupos armados que controlavam essas localidades. Centrado na valorização da vida e na mediação de conflitos, o GPAE foi um projeto ousado, que se apresentava como um dos caminhos para repensar a atuação da polícia nas favelas. Até o final do governo Garotinho, o projeto GPAE foi ampliado para as seguintes favelas: Cavalão, no município de Niterói; Formiga, Chácara do Céu, Casa Branca e Vila Cruzeiro, todas localizadas na cidade do Rio de Janeiro⁶⁵.

A escolha dos dirigentes da polícia civil e militar também foi palco de certo desconforto entre o general Siqueira e Luiz Eduardo Soares. Depois de algumas negociações, o governador optou por nomes identificados com as proposições do último. Então foi escolhido como chefe da polícia civil o delegado Carlos Alberto D'Oliveira e na polícia militar o coronel Sérgio da Cruz.

A convivência diária com uma perspectiva inovadora de segurança e, ao mesmo tempo, a direção de um general que, reconhecidamente, acreditava ser necessário o uso prioritário da força no enfrentamento da violência trouxe muito

⁶⁵ No capítulo 8, descrevo com mais detalhes as características do GPAE.

cedo para o governo as contradições inerentes dessa escolha de atuação conjunta a partir de princípios e idéias antagônicos. Em pouco tempo, várias crises e desentendimentos afloraram. Nesse embate, o general Siqueira deixou o governo, assumindo o posto o coronel Josias Quintal, parceiro político de Garotinho em Campos. Na chefia de Polícia Civil, assumiu o delegado Rafik Louzada Aride, exonerado alguns meses depois devido a denúncias de corrupção. Assumiu em seu lugar o delegado Álvaro Lins, que foi até o final do governo e continuou no posterior, de Rosinha Garotinho⁶⁶.

O novo Secretário de Segurança Pública não se mostrou contrário às idéias do subsecretário de Pesquisa e Cidadania, mas tão pouco as assumiu como orientação na implementação da política de segurança pública. Na realidade, o embate seguiu, embora de maneira mais discreta, até o momento em que Josias Quintal questionou a visibilidade e independência de Luiz Eduardo Soares. Apesar de certo recuo deste último em sua exposição pública, o conflito de posições culminou em março do ano 2000. A partir de uma divergência sobre a atitude do cineasta João Moreira Salles em ajudar um traficante de drogas a sair da criminalidade – Marcinho VP, da favela Santa Marta – o governador demite Soares de forma pública, em uma entrevista a um telejornal do maior canal televisivo de TV aberta do Brasil.

Com isso, o governador fez um giro em suas propostas inovadoras no campo da segurança pública e retoma o projeto tradicional que já fora recuperado por Marcello Alencar. Desse modo, terminou de forma melancólica o primeiro desenho de segurança pública que realmente procurava dar conta da complexidade da questão no Rio de Janeiro. Um programa que buscava conferir “um tratamento transformador e radicalmente democrático da segurança pública, particularmente ‘do comportamento policial’, o que seria decisivo para a democratização efetiva e completa da sociedade brasileira” (Soares, 2000, p. 41).

O tratamento dado ao tema, daquele momento em diante, pautou-se pelo enfrentamento bélico, o uso da violência em alguns casos e o abandono progressivo dos projetos idealizados pela equipe de Luiz Eduardo Soares. Em abril de 2002, em função da candidatura presidencial de Garotinho, assumiu o cargo a vice-

⁶⁶ Apontado como o chefe de uma rede de corrupção formada a partir da Polícia Civil durante o exercício do cargo e de vinculação com o crime organizado, Álvaro Lins teve o seu mandato de deputado estadual, conquistado em 2006, cassado e, até junho de 2009, encontrava-se preso na penitenciária de Bangu 8. Atualmente, ele responde aos seus inúmeros processos em liberdade.

governadora Benedita da Silva, do PT. Naquele momento, o ex-governador já estava incompatibilizado com o PT, assim como com o PDT, e criou uma série de armadilhas para o governo interino que iria assumir por nove meses. Na ocasião, Luiz Eduardo foi novamente convidado para contribuir na elaboração do programa de segurança pública e na indicação de nomes para a equipe; além disso, aceitou participar, na condição de candidato a vice-governador, da chapa petista. A secretaria de Segurança Pública foi assumida por Roberto Aguiar, um acadêmico da Universidade de Brasília, que já ocupara posto similar na gestão de Cristóvão Buarque, então integrante do PT. O novo comandante geral da Polícia Militar foi o coronel Francisco José Braz, um policial negro. Já o chefe da Polícia Civil escolhido foi o delegado Zaqueu Teixeira, membro do mesmo partido da governadora Benedita da Silva.

Não obstante seu curtíssimo período de governo, a principal ação do mandato de Benedita da Silva foi o enfrentamento mais direto das três facções criminosas que dominavam, naquela ocasião, o tráfico de drogas no Rio de Janeiro⁶⁷. Nesse quadro, os índices de violência, em especial a letal, continuaram crescentes e a sensação de insegurança continuou caracterizando a vida da população do estado.⁶⁸

As dificuldades para viabilizar o seu governo em meio a um processo eleitoral, assim como um leque de contradições e divergências no desenvolvimento da campanha, levaram à derrota da chapa de Benedita da Silva e de Luiz Eduardo Soares⁶⁹. O forte investimento em políticas sociais assistencialistas, a base social no interior do estado e nas igrejas evangélicas, nas favelas e na região da Baixada Fluminense fizeram com que a maioria da população votasse pela continuidade do governo Garotinho, expresso na candidatura de sua esposa, Rosinha Garotinho. Seu governo manteve a lógica política adotada por seu marido, que era, de fato, o dirigente do mandato.

⁶⁷ O fato de o Terceiro Comando e de a ADA, aliados contra o Comando Vermelho, terem ampliado em mais de 40% o seu território durante o governo Garotinho fez com que se aventasse na época a possibilidade de um acordo velado da cúpula da polícia com essas organizações no intuito de diminuir o poderio do CV. Tal fato nunca foi comprovado.

⁶⁸ Contribuiu para aumentar a sensação de insegurança a realização de uma série de atentados, no dia 30 de setembro de 2002, pela facção criminosa Comando Vermelho, a fim de conseguir benefícios para suas lideranças presas. O fato teve como ápice uma rebelião promovida no presídio de segurança máxima Bangu I e no assassinato do principal dirigente da facção rival, ADA, Arnaldo Medeiros, o Uê.

⁶⁹ No processo eleitoral, de maneira pouco transparente e por razões não reveladas, o candidato a vice-governador foi afastado da campanha pela cúpula do PT e praticamente não teve espaço para se colocar no processo.

3.7. Rosinha Garotinho governadora

Anthony Garotinho demonstrou seu peso eleitoral ao conseguir eleger, em primeiro turno, sua esposa Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, *Rosinha Garotinho*, nova governadora para o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006. Primeira mulher eleita para o cargo de governadora no Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho assumiu a pasta prometendo dar continuidade aos projetos iniciados por Garotinho, que deixara o governo para se candidatar à presidência da república. A razão da vitória do casal derivou da significativa simpatia junto à população mais pobre do Estado, embora fosse profundamente rejeitado pelos setores médios da cidade do Rio de Janeiro e pelos eleitores identificados com o PT e alguns outros partidos do campo progressista.

A popularidade do casal Garotinho nas favelas é contraditória, devido a seu rompimento com Leonel Brizola – tendo se aproximado de novo do velho governador apenas no final de sua vida – e sua política de segurança tradicional. O fato revela, por um lado, a valorização fundamental por parte da maioria da população das favelas das políticas sociais, em geral profundamente assistencialistas, afirmadas pela dupla. Mais do que isso, expressa certo sentimento de desesperança de que a política de segurança estadual poderia ser realizada de outra forma. Depois de muitas tentativas, idas e voltas, as próprias lideranças das favelas já não tinham a mesma disposição para tratar do tema. Além disso, o domínio das associações de moradores por pessoas indicadas por traficantes de drogas ou milicianos fez com que essas organizações perdessem a capacidade de representar os interesses dos moradores das favelas diante do Estado.

De qualquer forma, como maneira de demonstrar a valorização do tema da segurança pública, o próprio Anthony Garotinho assumiu o cargo de secretário da pasta. Sem realizar nada de novo, ele afastou-se para ser substituído, cerca de um ano depois, pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Itagiba, ligado historicamente a José Serra, dirigente do PSDB e candidato em 2002 à sucessão presidencial. Na chefia de Polícia Civil, voltou ao cargo o delegado Álvaro Lins.

No plano da estratégia de enfrentamento da criminalidade, adquiriu uma grande relevância simbólica o uso de carros blindados pelas forças de segurança. Apelidado de **caveirão**, em função do símbolo da caveira usado pelo Batalhão de

Operações Especiais – BOPE - em seu veículo, o blindado foi justificado como uma forma de preservar a vida dos policiais no momento de entrada nas favelas⁷⁰.

De fato, os dados demonstram uma redução substantiva da morte de policiais em serviço após a introdução do novo veículo:

Tabela 2
Policiais mortos em serviço no Estado do Rio de Janeiro de 2000 a 2006

Ano	Militares	Civis	Total
2000	20	3	23
2001	24	3	27
2002	33	7	40
2003	43	7	50
2004	50	0	50
2005	24	9	33
2006	27	2	29

Fonte: CESeC

Por outro lado, houve um aumento significativo dos casos de mortes ou ferimentos aos moradores das favelas sem envolvimento com a criminalidade. O fato de o policial, no veículo blindado, poder agir sem ser identificado aumenta o uso da violência e o uso de armas contra os moradores sem critério de respeito à vida. Com isso, o sentimento de temor e tensão no cotidiano dos territórios populares foi ampliado de forma progressiva. O fato provocou uma grande campanha por parte de muitas organizações da sociedade civil contra o uso do veículo, mas a cúpula da secretaria de segurança não mudou sua estratégia de uso.

Nesse quadro de uso da violência indiscriminada contra a população das favelas, o principal fato novo da gestão do casal Garotinho foi a notória, embora não cabalmente provada, identificação da nova cúpula com os grupos milicianos. Durante aquela gestão, e contando com o beneplácito das estruturas policiais, essas organizações criminosas ampliaram seu domínio territorial de forma crescente, controlando grandes parcelas das favelas, loteamentos e ocupações da Zona Oeste da cidade e, posteriormente, chegando à Ilha do Governador e à zona da Leopoldina,

⁷⁰ A fim de diminuir o impacto negativo do apelido conferido pela população, as forças de segurança denominaram o veículo blindado de **pacificador**, mas o apelido é usado apenas pelos seus integrantes mais graduados.

inclusive à Maré. O grau de vinculação entre, especialmente, Marcelo Itagiba e as milícias ficou evidente quando ele foi o candidato mais votado a deputado federal na favela Rio das Pedras, dominada pelo principal e mais antigo grupo de milicianos do Rio de Janeiro.

No caso da Polícia Civil, foram feitas muitas denúncias de que a sua cúpula praticava extorsões a traficantes e recebia suborno de contraventores, em particular os que controlavam as ilegais máquinas de videopôquer, dentre outros crimes.

Assim, o sentimento dominante na sociedade carioca era de que a **banda podre**, termo celebrado por Luiz Eduardo Soares para designar as parcelas de policiais envolvidos em atividades criminosas, havia dominado a instituição policial e a dirigia para o atendimento de seus próprios interesses.

O governo do casal Garotinho terminou em 2006, marcado por um evidente desgaste e sob forte ataque da grande mídia e dos setores de esquerda. Mesmo assim, a falta de uma alternativa política sustentável permitiu ao senador Sérgio Cabral, rival do casal no PMDB, partido para o qual eles tinham migrado após saírem do PDT e passarem pelo PSB, vencer a eleição em 2006 contra a ex-juíza Denise Frossard.

3.8. O mandato do governador Sérgio Cabral⁷¹

Da mesma forma que Anthony Garotinho, Sérgio Cabral, político com forte influência na Assembléia Legislativa, da qual fora presidente por doze anos, prometeu seguir novos princípios no campo da segurança pública. O discurso de que a segurança pública seria tratada de forma diferenciada, como uma prioridade de seu governo, deu o tom de sua campanha. Durante o processo, em diferentes situações, o então candidato a governador, afirmava, por exemplo, que seria prioridade de seu governo a valorização da corporação policial. Ele enfatizava, em particular, a importância de concessão de uma melhoria significativa aos salários, já que considerava o seu baixo valor um dos fatores determinantes dos graves problemas na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Trechos de um discurso do período eleitoral ilustram bem esse compromisso:

Eu fiz questão de vir aqui, nessa reta final, faltam apenas 12 dias para as eleições, para dizer o quanto eu acredito que só temos um caminho a percorrer para garantir segurança pública de qualidade à nossa população: é a valorização da Corporação; é a valorização dos profissionais da Segurança Pública. Quero dizer que não sou afeito à demagogia, não sou afeito à graça pré-eleitoral. Quero ratificar aqui esse compromisso da reposição dessas perdas salariais. Assumo aqui esse compromisso. Eu não vou dizer que eu vou pagar em um mês, em dois meses, em três meses, em quatro meses, em cinco meses. Mas, nós vamos estabelecer um calendário, os senhores comprovarão comigo a gestão pública. Eu vou prometer, me comprometer, de ser um governador ao lado dos senhores. Não só na questão salarial, que aqui estou assumindo esse compromisso, espero que esteja sendo gravado, para que os senhores me cobrem, trabalhando juntos positivamente nessa reposição (Disponível no **Blog Diário de um Policial Militar**: o mundo policial como você nunca viu. Acessado em abril/2009).⁷²

⁷¹ Em função do mandato do governador Sérgio Cabral estar em curso nesse momento, esse item foi um dos últimos escritos neste trabalho. Essa opção objetivou garantir o maior acompanhamento possível do trabalho desenvolvido pelo governo na área de segurança. A estratégia mostrou-se acertada, pois houve uma série de mudanças nas forças de segurança durante o ano de 2009, registrada no presente texto.

⁷² Depois de promessa tão veemente, é curioso registrar um episódio ocorrido pouco mais de um ano depois, em janeiro de 2008, que gerou a demissão do primeiro comandante nomeado pelo governador: “Em reação a uma passeata de cerca de 300 manifestantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros por melhores salários, domingo (27), na praia do Leblon, na Zona Sul, o governo do Rio de Janeiro anunciou que ‘todos os oficiais’ – sem exceção – que participaram da manifestação do último fim de semana serão exonerados e ficarão fora de função até ‘segunda ordem’. Pelo menos oito oficiais com comando estavam no protesto. O ato foi considerado uma ‘insubordinação’ e ‘ofensivo’ ao governador Sérgio Cabral e ao secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Os manifestantes se aproximaram da residência particular de Cabral, no Leblon, que recebeu reforço no policiamento” (G1, 29/01/2008).

A acirrada discussão em torno da segurança pública e as promessas de que se trataria essa temática sob outra ótica, até então não vivenciada no estado do Rio de Janeiro, levou à promessa por parte do governador de reduzir, inclusive, o uso do carro blindado nas incursões às favelas. Nesse caso, o candidato afirmou, em matéria publicada após a vitória eleitoral e antes de tomar posse, uma identidade concreta com os movimentos dos direitos humanos e comunitários, muito críticos ao uso do veículo:

Os carros blindados da polícia estão com os dias contados. O governador eleito do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), anunciou nesta terça-feira que sua política de segurança pública prevê a aposentadoria dos 10 “caveirões”, da PM, e do “pacificador”, da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil. Para ele, o uso desses veículos para entrar em favelas é ‘uma coisa assustadora ... É um trauma para as comunidades. Não dá para fazer Segurança Pública com “caveirão”, disse, acrescentando que a polícia entrará “prestando serviços e garantindo segurança à população” (Jornal **O Dia**, 15 de novembro de 2006).

As promessas de Cabral foram seguidas pela formação de uma equipe na área de segurança coerentes com a perspectiva de construção de um novo paradigma na área da segurança pública, depois de muitos anos: para a Secretaria de Segurança foi indicado o delegado da Polícia Federal José Mariano Beltrame, que anteriormente ocupava o cargo de superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Um policial profissional, técnico e considerado uma boa escolha pelas organizações da sociedade civil que atuam no campo dos direitos humanos e da segurança pública. Como chefe da Polícia Civil, foi nomeado o delegado Gilberto da Cruz Ribeiro, considerado um policial sério, competente tecnicamente, comprometido com a modernização da polícia e, principalmente, sem vínculos com a chamada **banda podre** que, representada por Álvaro Lins, teria dominado a polícia civil, de acordo com os movimentos sociais, durante a maior parte das gestões de Garotinho e Rosinha.

A indicação mais festejada pela sociedade civil, todavia, foi a do coronel Ubiratan Ângelo para o comando geral da PM. Ele era a expressão real de um novo paradigma para a segurança pública carioca: negro; de origem popular; profissional com 31 anos na polícia militar, ele atuou durante sua vida como policial em iniciativas como o GPAE e a Escola de Formação dos profissionais da segurança – na qual coordenou, inclusive, uma significativa mudança no currículo, além de ter

tido um dos idealizadores da proposta do seminário **A Polícia que Queremos**, em julho de 2006⁷³.

O Coronel Ubiratan era (re)conhecido por ser um profissional da segurança que defendia, historicamente, uma polícia comprometida com os direitos humanos, com a melhoria da qualificação dos policiais e das condições de trabalho. Em função disso, ele construiu uma natural aproximação com os movimentos sociais que lutam por mudanças na área da segurança pública, na perspectiva de uma política comprometida com a valorização da vida e respeito aos direitos humanos.

A expectativa inicial por parte de amplos setores sociais sobre a mudança do paradigma de **guerra ao crime**, sinônimo de guerra ao tráfico de drogas nas favelas, não se realizou, todavia. O primeiro a sair do cargo foi, justamente, o Coronel Ubiratan. Sua saída foi provocada de forma direta pela manifestação, já citada, de policiais militares, inclusive alguns muito próximos a ele, por melhores salários, em janeiro de 2008. Não houve manifestações de ordem alguma da sociedade civil no sentido de se garantir a sua permanência. De fato, a passagem do coronel Ubiratan ficou muito aquém da expectativa que sua posse gerara. Não ocorreu, como fora prometido e se esperava, uma mudança de postura por parte da PM em relação aos moradores de favelas, por exemplo. A ação bélica, sem planejamento e inteligência, em áreas ditas conflagradas continuou norteando a ação da polícia militar. O veículo blindado permaneceu cumprindo seu papel da mesma forma como no governo anterior. Para culminar, na gestão do coronel Ubiratan foi realizada pela Polícia Militar, com apoio da Força Nacional, uma “operação de guerra” no Morro do Alemão na qual foram mortas e feridas dezenas de pessoas⁷⁴.

O Comandante que sucedeu Ubiratan Ângelo foi o coronel Gilson Pitta Lopes, que dirigia o serviço reservado da corporação. Pitta assumiu o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar em meio à crise com um grupo de oficiais da Polícia Militar que reivindicavam melhoria salarial e melhores condições de trabalho. A manifestação ocorrida na orla do Leblon, motivo alegado para a demissão do Coronel Ubiratan por “falta de comando da tropa”, se inseria nesse processo. Na manifestação, foram instaladas 586 cruzeiras, a fim de chamar atenção

⁷³ O seminário envolveu a corporação e organizações da sociedade civil, em particular o Viva Rio, e objetivou reunir propostas para melhorar a segurança pública.

⁷⁴ A alegação para a operação teria sido o assassinato de dois policiais por traficantes daquela favela.

para o número de policiais mortos desde o ano de 2004. Os oficiais dirigentes das reivindicações integravam um coletivo de integrantes da polícia militar de alta patente autodenominado **Grupo dos Barbonos**⁷⁵. Alguns dos tenentes-coronéis que participaram do protesto foram exonerados por Pitta logo após sua posse como comandante geral.

A segunda transformação na cúpula dos órgãos de segurança do Rio de Janeiro aconteceu em 17 de abril de 2009. Gilberto Ribeiro Cruz expressou uma posição crítica a uma intenção do Secretário de Segurança Pública de permitir o acesso público a dados da segurança e também às declarações de bens dos policiais. Segundo ele, o acesso público a informações como essas poderia ser utilizado por pessoas mal intencionadas para prejudicar membros da corporação. Considerando a postura um ato de insubordinação, do mesmo modo que ocorrera na crise da PM em janeiro de 2008, o governador demitiu Gilberto Cruz.

O novo chefe da Polícia Civil passou a ser Alan Turnowski. Anteriormente, ele atuava na área operacional e de planejamento estratégico da Polícia Civil. Além desse cargo de direção, Alan Turnowski já havia dirigido a Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas, DRFA e a, então, Delegacia de Repressão a Entorpecente, DRE, atualmente denominada Delegacia de Combate às Drogas, DCOD.

O primeiro ano de mandato de Cabral se caracterizou pela manutenção do modelo hegemônico, centrado no enfrentamento do tráfico de drogas e sem consideração à ação da milícia, que continuava a expandir seu território de ação, embora de forma mais lenta. Não foram estabelecidas novas formas de relação com os moradores e instituições das favelas, nem formas de reduzir a violência letal ou o desrespeito aos direitos humanos.

Um grave equívoco, todavia, de um grupo de milicianos que dominava a Favela do Batan, em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mudou a postura

⁷⁵ O Grupo dos Barbonos - referência a denominação histórica da sede do Quartel do Comando Geral da Corporação - foi formado com o objetivo de influenciar na modernização e fortalecimento institucional da PM. Em 03/07/2007, o grupo enviou uma carta aberta para o Governador, o Secretário de Segurança e o Comandante Geral da PM. Nela, era apresentado, em um texto marcado pela defesa da corporação e da hierarquia, um leque de reivindicações. Dentre elas, se destacava a solicitação de equiparação salarial com a polícia civil, melhorias nos equipamentos e mudanças administrativas e legais. Na ausência de respostas do governo, a manifestação de janeiro de 2008 foi culminância do processo. Curiosamente, o Coronel Gilson Pitta era um dos assinantes do documento, no qual todos os coronéis se comprometiam a não assumir os cargos de Comandante Geral ou de Comandante do Estado Maior. Cf. <http://militarlegal.blogspot.com/2007/07/carta-dos-coronis-pms-do-grupo-barbonos.html>

do governo: o grupo criminoso seqüestrou e torturou durante horas dois jornalistas e um motorista do Jornal **O Dia**, que estavam na favela a fim de reunir material para produzir uma reportagem sobre o seu cotidiano sob o domínio da milícia. O fato provocou uma grande comoção na mídia, que exigiu medidas urgentes contra os milicianos. A partir do fato, vários setores sociais, tanto no poder público quanto na mídia, que entendiam ser a milícia um “mal menor” diante dos grupos que traficam de drogas, perderam o discurso. No processo, a ALERJ aprovou, de forma acelerada, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as milícias (a **CPI das milícias**, como ficou conhecida). Ela havia sido protocolada, em fevereiro de 2007, pelo deputado Marcelo Freixo e nunca havia sido encaminhada para votação. Isso, apesar de naquele mesmo mês ter sido assassinado o Inspetor de Polícia Felix Tostes, reconhecido chefe da mais antiga milícia do Rio de Janeiro, a da favela Rio das Pedras.

No caso da Batan, a PM ocupou a favela, a polícia civil prendeu a maioria dos membros da milícia local e, a partir dali, foi desencadeado um processo sem volta de enfrentamento com os principais grupos milicianos, seja pela atuação corajosa dos principais membros da CPI, seja pela pressão da grande mídia. Esta passou a visibilizar as ações repressivas, os assassinatos cometidos e os imensos ganhos financeiros dos grupos milicianos a partir do controle de várias atividades econômicas e da extorsão dos moradores e comerciantes⁷⁶.

O atendimento às pressões dos grandes meios de comunicação para o enfrentamento da milícia gerou a adoção de uma série de medidas voltadas para as favelas em torno da questão da criminalidade. Nesse âmbito, duas medidas emblemáticas foram tomadas: o processo de ocupação das favelas por forças militares e a política de construção de muros em torno de algumas favelas de áreas nobres cariocas, no caso, a zona sul.

A estratégia de ocupação das favelas, expulsão do tráfico de drogas e estabelecimento da soberania do Estado nesses espaços tem como referência fundamental a experiência desenvolvida em Bogotá, Colômbia. Nos últimos anos, tem sido amplamente divulgado o sucesso dos poderes públicos daquela cidade,

⁷⁶ De acordo com relatório da CPI das Milícias, o grupo denominado Liga da Justiça, chefiado pelo policial e, então, vereador Jerominho e seu irmão, o deputado estadual, Natalino Guimarães, chegava a faturar quatro milhões por mês com as atividades criminosas. Cf. Relatório da CPI das milícias, 16/12/2008.

assim como os de Medellín e Cáli, na diminuição dos índices de violência letal e na recuperação do controle de áreas urbanas dominadas por grupos criminosos.

Incapaz de manter as promessas de campanha no sentido de construir uma nova forma de tratar a questão da segurança pública nas favelas, o governo Cabral tem apostado todas as fichas na estratégia de Policiamento Comunitário. Iniciada por uma ação de força das forças policiais, voltada para a expulsão do grupo criminoso local, a estratégia culmina no estabelecimento das **Unidades de Policiamento Pacificadoras**, novo nome conferido pelo governo estadual aos antigos Postos de Policiamento Comunitário.

O processo de ocupação pelas forças militares começou a ser implantada na Favela Santa Marta em novembro de 2008, atingiu a Cidade de Deus em janeiro de 2009, a Favela do Batan em fevereiro de 2009 e, em junho do mesmo ano, Chapéu Mangueira e Babilônia. A intenção anunciada é de, após a **pacificação** do território conflagrado, estabelecer a oferta de uma série de serviços urbanos para os moradores, assim como encontrar alternativas legais e viáveis economicamente para a oferta de TV por Assinatura e Internet.

Não podemos dizer que este é o primeiro passo da ação do policiamento comunitário na favela, mas nós estamos visando limpar a área e tirar os criminosos que ainda possam estar ali para que o governo possa entrar com ações sociais para a população da Cidade de Deus. Cerca de 100 homens vão ocupar o local por tempo indeterminado para poder controlar a região, principalmente a localidade conhecida como Caratê.

(Disponível em odia.terra.com.br/.../bope_ocupa_a_cidade_de_deus_222818.asp. Acessado em 29 de junho de 2009).

A estratégia de ocupação, de acordo com diferentes tipos de mídias⁷⁷, tem sido dominada pela contradição. Por um lado, os moradores ficam satisfeitos pelo final dos conflitos e pela manutenção de uma rotina mais pacífica; nesse caso, o desejo é que ela permaneça. Por outro, eles perderam serviços que passaram a fazer parte do seu cotidiano, como a TV a cabo e a Internet, reprimidos pelas forças policiais por serem ofertados de forma ilegal; além disso, há denúncias de situações de abuso por parte de alguns policiais e o temor de que o tráfico volte, fazendo retaliações, ou, no caso da Cidade de Deus, que a milícia que ocupa favelas vizinhas tente ali fazer o mesmo.

⁷⁷ Cf. nos sites de Viva Favela; Agência de Notícias das Favelas; O Dia Online e 1g.

Uma das medidas mais arbitrárias adotadas pelas forças policiais tem sido a proibição do movimento Funk, em todas as suas expressões⁷⁸. Sob a alegação de que o gênero faz apologia às facções criminosas, ele passou a ser reprimido de forma indiscriminada nas favelas ocupadas. Esse tipo de ação, que remete à proibição do samba e da capoeira pelas forças de segurança do início do século XX, encontra respaldo na grande mídia, que a considera como um dos elementos componentes do **choque da ordem** que os governos estadual e municipal, após a posse de Eduardo Paes, em janeiro de 2009, vêm realizando na cidade do Rio de Janeiro.

Na mesma perspectiva do **choque da ordem**, o governo estadual iniciou a construção de um muro circundando a Favela Santa Marta. A iniciativa teve como razão alegada a necessidade de proteger o meio ambiente, evitando a ocupação desordenada da área de mata em torno da favela⁷⁹ e, pela mesma razão, seria levada para a favela da Rocinha⁸⁰. A iniciativa contou com o apoio da grande mídia e de parcela considerável da opinião pública da cidade, em particular moradores das áreas nobres. Por outro lado, ela foi rechaçada de forma vigorosa por organizações da sociedade civil, parlamentares opositores do governador Sérgio Cabral e até mesmo em declarações do Nobel da Literatura José Saramago. O prefeito da cidade de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, do PT, pré-candidato a governador em 2010, publicou um artigo no jornal **O Globo**, em 16 de maio de 2009, no qual, dentre outras afirmações, repudiava a construção dos muros nas favelas. Coincidência ou não, logo após a publicação do artigo do provável concorrente em 2010, o governador afirmou a mudança na altura dos muros, que foram muito rebaixados, perdendo seu sentido original, e a construção de áreas de lazer e de preservação ecológica nas favelas da Rocinha e de Santa Marta.

⁷⁸ No dia 28/06/2009, a PM proibiu a realização de uma Roda de Funk na Favela Santa Marta. A iniciativa vem sendo realizada pela Associação de Profissionais e Amigos do Funk – APAF – em vários territórios populares cariocas e visa, justamente, romper com o estigma sobre o gênero musical e afirmar sua importância cultural para os jovens das favelas e periferias, dentre outros espaços da cidade. Cf. www.observatoriodefavelas.org.br. Acessado em 11/07/2009

⁷⁹ Em editorial no qual questiona a alegação da preservação ambiental como base para a iniciativa de construção de muros, o Observatório de Favelas registra: “é interessante observar que, segundo dados do Instituto Pereira Passos, a favela Santa Marta foi uma das favelas que não registrou expansão territorial entre os anos de 1998 e 2008. Pelo contrário, a comunidade encolheu em 1%. Outro dado do IPP que chama atenção é o que diz respeito às ocupações em área de preservação ambiental. De acordo com pesquisadores do Instituto, 69,7% das áreas construídas acima de 100m de altitude no município do Rio de Janeiro, ocupando áreas de morros e em alguns casos, florestas, estão ocupadas pela classe média e alta. Apenas 30% destas áreas são de favelas”. Cf. www.observatoriodefavelas.org.br. Acessado em 09/07/2009.

⁸⁰ A Rocinha já conta com os chamados “Ecolimites”, cabos de aço que definem os limites da favela, mas o governo estadual considera que eles não estão sendo respeitados.

A estratégia de ocupação progressiva das favelas pelas forças de segurança é ainda muito recente e ainda deverá sofrer uma série de ajustes. Ela parte de um princípio correto, no caso, a necessidade do Estado deter o monopólio das práticas de regulação social do conjunto da cidade. O exercício do monopólio da autoridade na regulação social em uma sociedade que se pretende republicana e democrática, entretanto, exige um maior envolvimento dos diversos setores sociais na construção da iniciativa; a sua institucionalização através de uma legislação adequada, debatida com as organizações sociais e a população diretamente atingida, o maior controle social das ações desenvolvidas no processo de **pacificação** e seus desdobramentos, assim como a construção de um plano integrado de ações no território que garanta a dignidade da população moradora da favelada. Nenhum desses aspectos se faz presente na estratégia até agora encaminhada. E o governo Sérgio Cabral não tem sinalizado mudanças na conduta unilateral que adotou até o momento.

Pelo contrário: em 07/07/2009 foi anunciada a demissão do Coronel Gilson Pitta e a nomeação do Coronel Mário Sérgio de Brito Duarte para o comando geral da PM. A mudança pela terceira vez do comandante geral da Polícia Militar demonstra que havia por parte do Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, uma insatisfação pela forma como se estava conduzindo o trabalho da corporação. O currículo de Duarte é extenso: formado em filosofia, foi ex-Comandante da Academia da Polícia Militar, ex-Comandante do Batalhão da Maré, ex-Comandante do BOPE, ex-Superintendente de Planejamento Operacional da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, ex-assessor da Prefeitura do Rio de Janeiro para assuntos de Dependência Química, ex-Diretor de Inteligência da Subsecretaria de Inteligência da SSP. Trabalhou ainda como articulista do Jornal do Brasil e O Globo e escreveu um livro intitulado *Incursionando no Inferno: a Verdade da Tropa* e, por fim, deixou a Presidência do Instituto de Segurança Pública, ISP, onde estava desde o início do governo de Cabral, para assumir o comando geral.

No que deve refletir sua linha de comando e a escolha de assessores, o Coronel Duarte indicou como o segundo homem da PM – o chefe do Estado Maior - o coronel Álvaro Garcia, que deverá cuidar da parte operacional da instituição. Álvaro Garcia foi quem, justamente, quando major, promoveu uma série de humilhações a moradores negros da favela Cidade de Deus, em 1997,

durante a gestão do General Cerqueira à frente da Secretaria de Segurança⁸¹. No mesmo sentido, o novo comandante afirma um tom bastante duro em relação às Organizações dos Direitos Humanos, afirmando a opinião hegemônica no senso comum que elas têm mais interesse em defender bandidos do que os **cidadãos de bem**⁸². Por outro lado, o Coronel Mário Sérgio tem uma evidente identidade com a corporação, reconhecida liderança sobre os oficiais mais novos e, em sua posse, enfatizou a promessa de estabelecer novas referências em termos de gestão e policiamento ostensivo na PM.

Nessa intenção, o novo comandante assumiu a função realizando um conjunto de mudanças do ponto de vista administrativo, como a troca no comando de 25 batalhões⁸³. Ele formalizou a criação de uma comissão formada por seis oficiais que tem como tarefa preparar um relatório em 10 dias sobre as condições de pessoal e material das unidades de polícia. Determinou ainda que haja um planejamento de cada gestor dos batalhões, a fim de definir metas de trabalho para a diminuição dos índices de violência nessas áreas. Foi criada, também, uma Coordenação de Assuntos Estratégicos, que se encarregará de pensar as ações

⁸¹ Cf. relato sobre o governo de Marcelo Alencar, nesse mesmo capítulo.

⁸² Um trecho de uma fala do Coronel Mário Sérgio em uma audiência pública na ALERJ atesta essa afirmação: “Fui àquele local porque era minha missão. Aquelas pessoas que prestigiavam o debate formam um círculo ideológico. Lá estavam representantes da Justiça Global, da Rede Contra Violência, do Tortura Nunca Mais etc. Se é ilusão acreditar que qualquer consideração, mesmo fundamentada na mais pura verdade e assentada em valores universais e absolutos, como o direito de um não agressor à vida, mas em sentido contrário às suas teses, lhes mudará a disposição e o entendimento, não posso, todavia, me furtar de me apresentar na arena das polêmicas dos juízos quando isso me é exigido num contexto de legalidade e legitimidade. Cano, Pedrinha e Rivera são ideólogos. Nada mais legítimo. Não precisam camuflar o que lhes é direito. Não é crime, não é vergonha. E também não cometo crime quando lhes aponto isso; no máximo cometo uma indiscrição. Eles têm todo direito de se apresentarem ideologicamente, filosoficamente, como eu faço, sem precisar apelar para “quanti” e “quali”, querendo se mostrar isentos. Chega de balela! Eles reclamam dos altos números de confrontos e eu também. Que saudades da época em que não havia fuzis nas mãos dos traficantes, e nós, policiais, usávamos revólveres e algemas para prendê-los. Agora meus amigos, o buraco é mais embaixo. Agora são milhares de granadas e uma ideologia regulando tudo, a ideologia de facção, com sua subcultura de ódio e dominação se espalhando pelo país. Não desejamos autos de resistência, senhoras e senhores doutores, desejamos tranquilidade pública e paz social, para nós, para cada cidadão fluminense e para todos que aqui transitam, como **nuestros hermanos** (negrito no original) argentinos e uruguaios que vivem, trabalham e se divertem ao som do nosso samba”. Disponível em marius-sergius.blogspot.com/.../na-alerj-sob-fogo-e-sem-direito-auto-de.html. Acessado em 09/07/2009.

⁸³ Uma novidade da nova gestão é a entrega do comando de dois Batalhões, o 13º, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, e o 4º, localizado no bairro de São Cristóvão, zona norte, a duas mulheres, ambas com a patente de tenente-coronel. Como essa iniciativa pioneira, será relevante acompanhar a experiência dessas mulheres e verificar se ocorrerão mudanças nas iniciativas da tropa e nos indicadores de violência, em seus variados níveis.

militares e a segurança para os grandes eventos que serão sediados no estado do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo, por exemplo⁸⁴.

De forma geral, uma análise sob o impacto da gestão em curso permite reconhecer que o governo Sérgio Cabral não avançou na direção de um novo paradigma no campo da segurança pública. Em certa medida, ele busca se equilibrar, por um lado, na busca de atender as pressões dos setores médios e dominantes, além da mídia, por mais enfrentamento com os criminosos, e, por outro, no desenvolvimento de ações mais estruturantes, que atinjam as bases do poder dos grupos criminosos armados que dominam as favelas e periferias. Nesse movimento, ele está, aparentemente, conseguindo agradar mais aos setores dominantes do que às organizações da sociedade civil e aos setores populares, como sinaliza a fala expressa no texto a seguir:

É sempre assim, político quando quer se eleger promete até a mãe em troca de votos. É revoltante isso. Nós que já estamos nessa estrada há muito tempo assistimos a cada eleição nova promessas e propostas de se melhorar a segurança pública no Rio de Janeiro. Mas até hoje eu vi muito pouca coisa acontecer. Só sei que mais uma vez temos um governador que usa um discurso jovem, de competência, mas que no fundo é muito conservador e que se aliou com todos os lados possíveis para chegar ao poder. Agora que ganhou a eleição é isso aí, o uso da força contra quem mora nas favelas. Ele não tem o maior respeito. Disse que não iria mais usar o **Caveirão** e, aí, tudo mentira, o **Caveirão** até agora só matou os inocentes. É só analisar o que aconteceu no Morro do Alemão.” (Ex-moradora de Manginhos, militante de movimento social)⁸⁵.

⁸⁴ Disponível em www.policiamilitar.rj.gov.br/boletins.asp. Acessado em 08/07/2009

⁸⁵ Fala coletada na Conferência Livre da Maré de Segurança Pública, realizada em 28/07/2009.